

Câmara analisa amanhã mandato irregular

A Mesa da Câmara dos Deputados reúne-se amanhã para examinar a situação dos suplentes que estão exercendo irregularmente o mandato. A proposta do líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa endossada por outros parlamentares, é de convocação imediata dos titulares, dispensando os suplentes. O presidente em exercício da Câmara, deputado Maurício Campos, reconhece que "o problema é sério e real", mas esquia-se de enfrentá-lo: "A solução deve ser dada pelo deputado Ulysses Guimarães, que autorizou a convocação dos suplentes".

Na assessoria da Mesa da Câmara busca-se uma justificativa para a convocação irregular: ela teria se baseado no Regimento Interno da Câmara e não na Constituição. O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que foi relator-geral da Constituinte, discorda: "Vale o que está escrito na Constituição". O deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF) vai mais longe: "Em hipótese alguma pode ser convocado

suplente quando o titular se licencia para tratar de assuntos particulares. Os suplentes convocados para uma substituição de 120 dias estão inquestionavelmente irregulares. Já quem se licenciou por mais de 120 dias terá de comprovar que o fez para tratamento de saúde. Caso contrário, corre o risco de perder o mandato".

Para Sigmarinha, como não existe nenhum dispositivo que regulamente a desconvocação de suplentes, o deputado Ulysses Guimarães deve avocar a decisão para si e baixar um ato cancelando as licenças e convocando imediatamente os titulares.

O deputado Hélio Duque (PMDB-PR), ficou revoltado com o descumprimento da Constituição pela Câmara dos Deputados: "Lei é lei. Numa casa que faz leis, o primeiro fundamento ético é justamente o cumprimento das leis. Pelo exemplo da Câmara dos Deputados, a sociedade tem todo o direito de pedir o seu fechamento, o que

significaria menos 0,7 no déficit público. Do jeito que está, não dá".

Repercussão

A existência de suplentes exercendo irregularmente o mandato parlamentar, apontada na edição de ontem do JBr, repercutiu bastante no Congresso Nacional. Várias lideranças examinam opções para evitar um desgaste maior do legislativo junto à opinião pelo descumprimento justamente da Constituição que seus integrantes aprovaram. A primeira dessas providências, que está praticamente acertada, é o cancelamento das licenças concedidas, com os titulares reassumindo imediatamente.

Até ontem, a orientação da Mesa da Câmara era exatamente o contrário: a deputada Wilma Maia (PDT), eleita prefeita de Natal, por exemplo, tentou, sem sucesso, reassegurar. A mesa recusou seu pedido. Amanhã, ela pode ser convocada para reassumir até o dia 31 de dezembro. No dia 1º de janeiro, ela assumirá a prefeitura de Natal. (Andrei Meireles)

Josemar Gonçalves 08.06.87



Josemar Gonçalves 28.04.88



Hélio Duque(E) e Sigmarinha Seixas querem uma solução rápida para o caso criado na Câmara